José Luis Fiorin

Linguagem e Ideologia

3

As primeiras distinções

É preciso, em primeiro lugar, fazer distinção entre o sistema virtual (a língua) e sua realização concreta. O sistema é social no sentido de que ele é comum a todos os falantes de uma dada comunidade lingüística. Ele é um todo em si e compreende o conjunto dos elementos lexicais e gramaticais que fazem parte de uma língua, a organização interna desses elementos e suas regras combinatórias.

Não podemos pensar que o sistema seja uma lista de palavras. Saussure comparava-o a um jogo de xadrez. Para o jogador não importam, por exemplo, o formato das peças ou o material de que elas são feitas. O que importa é que as peças se distingam de algum modo, pois essa diferenciação lhes dá valor diferente, e que elas se movam no tabuleiro segundo determinadas regras.

Na língua ocorre mais ou menos a mesma coisa. Um elemento lingüístico tem que ser diferente de outro, para que ele tenha um determinado valor. Assim, o /l/ tem que ser diferente do /t/, para que possamos operar uma distinção significativa entre, por exemplo, mala e mata. Além disso, os elementos lingüísticos não se combinam aleatoriamente, mas segundo uma série de regras. Em português, por exemplo, o artigo vem sempre antes do substantivo. Dizemos "o animal" e não "animal o". Em romeno, o artigo vem depois do substantivo. Em português, o pronome demonstrativo e o artigo são mutuamente excludentes. Podemos dizer "este armário" ou "o armário", mas não "o este armário" ou "este o armário".

Definamos melhor o sistema: **é a rede de relações que se estabelece entre um conjunto de elementos lingüísticos.** Essas relações dão um determinado valor a cada componente do sistema e permitem selecionar o elemento apropriado para figurar em cada ponto da cadeia da fala e combinar adequadamente esses elementos entre si. O sistema é um conjunto de elementos com uma organização interna, ou seja, com uma estrutura.

Esse sistema virtual, abstrato, que todos os falantes de uma dada língua conhecem, realiza-se concretamente nos atos de fala. Na realização concreta do sistema é necessário distinguir o discurso da fala.

O discurso são as combinações de elementos lingüísticos (frases ou conjuntos constituídos de muitas frases), usadas pelos falantes com o propósito de exprimir seus pensamentos, de falar do mundo exterior ou de seu mundo interior, de agir sobre o mundo. A fala é a exteriorização psicofísico-fisiológica do discurso. Ela é rigorosamente individual, pois é sempre um eu quem toma a palavra e realiza o ato de exteriorizar o discurso.

4 Quem determina o quê?

A fala, em si mesma, não sofre qualquer determinação social, pois ela é a simples exteriorização do discurso. É o ato concreto, momentâneo e individual de manifestação da linguagem.

O sistema, por sua vez, goza de certa autonomia em relação às formações sociais. Isso parece evidente. Não se pode atribuir a razões encontráveis na estrutura social o fato de que o /k/ latino que precede a vogal /a/, como em capra, tenha-se mantido em português (Cf. cabra) e tenha-se transformado em /s/ no francês (Cf. chevre). Não há explicação socioeconômica para o fato de a forma latina lacte(m) ter dado leite em português, leche em espanhol, lait em francês, lach em provençal, latte em italiano e lapte em romeno. O sistema, em geral, altera-se devido a causas internas do próprio sistema.

Que são essas causas internas? Tomemos um exemplo de alteração no sistema fonológico. O sistema latino distingue consoantes simples (ex.: t/n/l) e consoantes geminadas (ex.: tt/nn/ll). Assim, duas palavras iguais em tudo menos no fato de que uma possui uma consoante simples e a outra, uma consoante geminada significam coisas diferentes. Por exemplo, os pares mittis/mitis, annus/anus e stella/stela significam, respectivamente, envias/doce, ano/velha feiticeira e estrela/coluna ornamental de túmulos. O desaparecimento dessa oposição consonantal acarretou uma série de conseqüências. Havia uma oposição do tipo *atta* vs. *ata* vs. *ada*. Desfazendo-se a oposição geminada vs. simples, a série acima mencionada tornou-se *ata* vs. *ata* vs. *ada*. Seria então preciso refazer a oposição para que os dois primeiros elementos não se confundissem. Por isso, a surda intervocálica do segundo termo da série sonoriza-se (t, no caso, passa a d) e a sonora do terceiro termo cai.

Refaz-se, assim, a série: *ata* vs. *ada* vs. *aa* (Cf. *gutta* > *gota*; *latu* > *lado* e *nudu* > *nu*).

Um outro exemplo do sistema fonológico. O latim possuía as oposições p/b, t/d, k/g, que se distinguem pela sonoridade ausente no primeiro elemento do par e presente no segundo. Tinha, ao mesmo tempo, as consoantes isoladas surdas /s/ e /f/. Aparecem, então, os fonemas /z/ e /v/ como extensão da oposição existente em pares correlatos. Nesses dois casos, são fatores internos do sistema que acarretam as alterações. No primeiro, o desaparecimento de uma oposição produziu uma série de modificações; no segundo, aparecem novos fonemas, porque o sistema tem uma certa tendência à simetria.

Tomemos agora um exemplo do âmbito do vocabulário. O latim fazia uma distinção entre *homo* e *vir*. *Homo* significa o ser humano e *vir*, o ser humano do sexo masculino. O desaparecimento do termo *vir* produziu, em português, uma extensão do sentido do termo *homem*, que passou a significar tanto o ser humano em geral quanto o indivíduo do sexo masculino.

O latim possuía três gêneros: o masculino, o feminino e o neutro. As principais línguas românicas (provenientes do latim) têm, em geral, apenas dois gêneros: o masculino e o feminino. O desaparecimento do neutro deve-se também a causas absolutamente internas do sistema. A queda das consoantes finais e a identidade de tratamento da maioria das vogais finais contribuíram para o nivelamento das diferenças entre palavras masculinas e neutras e, com o tempo, isso ocasionou o desaparecimento do neutro.

A analogia é outro fator interno que produz alterações lingüísticas. Ela funciona a partir de um modelo, convertendo formas "irregulares" em formas "regulares". O modelo é constituído por formas produtivas, ou seja, mais abrangentes ou mais bem integradas ao sistema e, portanto, capazes de eliminar as formas não-produtivas. Em português, a forma produtiva de primeira pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo da segunda conjugação é em *i* (Cf. *bebi*, *desci*, *escrevi*). No entanto, certos verbos fazem a primeira pessoa do singular desse tempo de maneira irregular: *trouxe*, *fiz*, *disse*. Quando uma criança diz *fazi*, *trazi*, *dizi*, está ocorrendo aí a ação da analogia, que é um jogo de uniformização para facilitar o uso. No exemplo citado, a criação infantil é eliminada no curso da aprendizagem lingüística. No entanto, em muitos casos, a ação da analogia produz alterações. Por exemplo, em português, os nomes em

o fazem o feminino em a. Por isso, nomes não terminados em o, que eram uniformes, passam também a ter um feminino em a. Assim, temos infante/infanta, senhor/senhora etc. Como em português, em princípio, os nomes em o são masculinos, os nomes de árvores em o, como choupo, pinho, o/mo, que eram femininos em latim, tornaram-se masculinos em português.

Todos esses exemplos mostram que, em geral, as alterações no sistema são motivadas por fatores especificamente lingüísticos. Não se quer com isso dizer, porém, que o surgimento de uma categoria gramatical ou semântica não se deva a razões encontráveis na estrutura socioeconômica de uma determinada sociedade, não dependa de fatores sociais. Os gêneros masculino, feminino e neutro do latim correspondiam a uma visão mítica e antropomórfica do mundo. Eram neutros os nomes de coisas consideradas inertes, passivas ou produtos. Os nomes de árvores terminados em us (terminação que servia, muitas vezes, para distinguir o masculino do feminino em a) eram femininos, porque a árvore é reprodutora, gera o fruto. Já o nome do fruto era neutro (Cf. ma/us - macieira, ma/um - maçã).

Talvez o fato de o masculino ser, numa série de línguas, o genérico, isto é, o termo que indica conjuntamente nomes masculinos e femininos, deva-se ao prestígio do homem nas sociedades patriarcais. É possível que o surgimento de um número muito grande de pronomes de tratamento, como, por exemplo, Vossa Excelência, Vossa Majestade, Vossa Alteza, no período do absolutismo monárquico, esteja ligado ao aparecimento de uma sociedade rigorosamente hierarquizada e governada por um protocolo muito rígido. Os esquimós, para quem a neve é um elemento vital, não possuem um nome para designar aquilo que chamamos "neve"; têm, entretanto, toda uma série de nomes para indicar os diferentes estados da neve, considerados elementos distintos. Pode ser que o surgimento de uma categoria, como o gênero, a distinção nome e verbo etc. seja determinado por fatores sociais. Comprovar uma hipótese dessa natureza a respeito de uma categoria particular, no entanto, é extremamente difícil, pois as categorias presentes nas línguas modernas são herança das línguas de que provieram. O português tem os modos indicativo, subjuntivo e imperativo, porque eles já existiam no latim. A mesma coisa acontece com os números singular e plural e com o fato de que o plural é indicado por um s. Fatores sociais devem ter determinado o aparecimento de uma categoria lingüística. No entanto, as categorias perderam qualquer relação com as causas que lhes deram

origem e ganharam autonomia. A história do sistema passa a ser uma história relativamente autônoma em relação às formações sociais em que ele está presente. Passa ela a ser uma história do próprio sistema. Guimarães Rosa, em Ave, palavra, narra que, um dia, visitando uma aldeia de índios no Mato Grosso, observou que, na língua falada pelos seus habitantes, os nomes de cores eram todos terminados em i'ti. Pensou que i'ti significasse "cor" e que fosse, portanto, um substantivo que se tornara um sufixo. Um informante disse-lhe que i'ti significava "sangue". Aí ele começou a imaginar que, como o indígena entendia que o sangue era o elemento vital, porque para ele a morte estava associada ao esvair-se em sangue, talvez visse a cor como o sangue (o elemento vital) de certas coisas. Assim, o verde seria o sangue da folha (a folha morta perde a cor verde); o azul, o sangue do céu; o amarelo, o sangue do sol e assim por diante. Procurou, então, saber o significado original dos nomes de cores. No entanto, nenhum dos falantes foi capaz de informá-lo. E aí diz Guimarães Rosa, "toda língua são rastros de velhos mistérios". As razões do aparecimento das categorias lingüísticas existentes nas línguas modernas perderam-se no tempo.

Procurar estabelecer as determinações que incidiram, um dia, sobre os elementos do sistema poderá resultar em estudos fragmentários, de interesse pontual, quando não em fantasias. É no nível do discurso que devemos, pois, estudar as coerções sociais que determinam a linguagem.

5 Discurso: autonomia e determinação

Assim como a frase não é um amontoado de palavras, mas é uma cadeia construída segundo certas regras, o discurso não é um amontoado de frases. O discurso tem uma estrutura. Diante de um texto absolutamente caótico dizemos: "Isso não significa nada. É um samba do crioulo doido". Sabemos distinguir um texto de um não-texto. Porque o discurso é estruturado, temos que diferenciar no seu interior uma sintaxe e uma semântica.

A sintaxe discursiva compreende os processos de estruturação do discurso. Assim, pertence a ela um procedimento como a introdução ou não da primeira pessoa no discurso (por exemplo, Eu acho que

Pedro foi ao cinema e Pedro foi ao cinema). O uso da primeira pessoa cria um efeito de sentido de "subjetividade", enquanto sua não-utilização produz um efeito de sentido de "objetividade". Se um cientista dissesse "Eu afirmo que a Terra é redonda", isso poderia ser entendido como um ponto de vista pessoal. Entretanto, quando ele diz "A Terra é redonda", é como se o próprio fato se narrasse a si mesmo. Nesse caso, temos a impressão de que; uma verdade objetiva se estabeleceu.

Outro procedimento pertencente à sintaxe discursiva é o mecanismo do discurso direto, indireto e indireto livre. Tomemos um exemplo. O discurso direto caracteriza-se pela preservação integral do discurso relatado. Nele o narrador dá voz à personagem que parece falar de maneira autônoma. Por exemplo: "O lobo disse: - Vou matá-lo, cordeiro, porque você está sujando a água que eu estou bebendo". O discurso direto cria um efeito de sentido de "verdade", pois o narrador parece repetir palavra por palavra o discurso do outro. É como se a própria personagem estivesse falando.

A semântica discursiva abarca os conteúdos que são investidos nos moldes sintáticos abstratos. Por exemplo, o mecanismo abstrato do discurso direto, em que um narrador delega a palavra a uma personagem para que ela fale, é sintático. A personagem a quem se delega voz, o que ela diz etc. pertencem à semântica.

A sintaxe discursiva goza de certa autonomia em relação às formações sociais, enquanto a semântica depende mais diretamente de fatores sociais. Com efeito, mecanismos como, por exemplo, o discurso direto, podem receber e veicular quaisquer conteúdos, mas estes são determinados pela estrutura social.

Há no discurso, então, o campo da manipulação consciente e o da determinação inconsciente. A sintaxe discursiva é o campo da manipulação consciente. Neste, o falante lança mão de estratégias argumentativas e de outros procedimentos da sintaxe discursiva para criar efeitos de sentido de verdade ou de realidade com vistas a convencer seu interlocutor. O falante organiza sua estratégia discursiva em função de um jogo de imagens: a imagem que ele faz do interlocutor, a que ele pensa que o interlocutor tem dele, a que ele deseja transmitir ao interlocutor etc. É em razão desse complexo jogo de imagens que o falante usa certos procedimentos argumentativos e não outros. Embora consideremos que a sintaxe seja o campo da manipulação consciente, pode-se, em virtude de hábitos adquiridos ao

longo da aprendizagem lingüística, utilizar seus procedimentos de maneira inconsciente.

O campo das determinações inconscientes é a semântica discursiva, pois o conjunto de elementos semânticos, habitualmente usado nos discursos de uma dada época, constitui a maneira de ver o mundo numa dada formação social. Esses elementos surgem a partir de outros discursos já construídos, cristalizados e cujas condições de produção foram apagadas. Esses elementos semânticos, assimilados por cada homem ao longo de sua educação, constituem a consciência e, por conseguinte, sua maneira de pensar o mundo. Por isso, certos temas são recorrentes na maioria dos discursos: os homens são desiguais por natureza; na vida, vencem os mais fortes; o dinheiro não traz a felicidade etc. A semântica discursiva é o campo da determinação ideológica propriamente dita. Embora esta seja inconsciente, também pode ser consciente.

Inúmeras questões devem ser ainda explicadas. Vamos devagar a cada uma delas.

6 Variabilidade na invariabilidade

Uma pergunta que se poderia fazer é a seguinte: se discursos de natureza muito diferente utilizam-se dos mesmos elementos semânticos, como, por exemplo, liberdade, felicidade, justiça, de que maneira se pode distingui-los?

É preciso estabelecer uma diferença entre um nível profundo e um nível de superfície. Por exemplo, numa história de fadas, o príncipe necessita sempre de um objeto mágico para vencer seu oponente e ficar com a princesa. Numa história, é um anel mágico; noutra, é uma espada mágica e assim por diante. Os elementos semânticos que aparecem na superfície (um objeto mágico determinado) são variações que concretizam um elemento semântico invariante, mais abstrato e mais profundo, o poder-vencer.

A liberdade pode ser concretizada, por exemplo, como "evasão espacial" (ida para uma ilha no Pacífico Sul, ida para um lugar perdido na floresta amazônica) ou como "evasão temporal" (volta à infância). O discurso de muitos poetas românticos concretiza assim a liberdade. No entanto, a liberdade poderia ainda aparecer na superfície como

"direito à diferença, à singularidade" (observe-se o discurso de certas minorias) ou como "não-exploração", que poderia ser a forma de um partido operário entender a liberdade.

Analisando, cuidadosamente, a maneira como um elemento semântico da estrutura profunda se concretiza, não vamos confundir dois ou três discursos distintos só porque todos eles falam em liberdade. É importante verificar em cada um deles o que é que "liberdade" significa, isto é, como é que ela é concretizada.

Cada um dos níveis não tem apenas uma semântica, tem também uma sintaxe própria. Não interessa, porém, neste trabalho, expor todos os elementos da sintaxe do nível profundo e do nível superficial, pois estamos fazendo todas essas distinções com a finalidade de precisar o nível em que a linguagem sofre determinações sociais.

Podemos agora determinar com maior precisão o componente da linguagem em que percebemos com toda a nitidez a determinação ideológica. Dissemos anteriormente que era a semântica discursiva que mostrava, com clareza, uma maneira de ver o mundo de uma dada sociedade numa determinada época. Isso, a nosso ver, está correto, pois não é indistinto falar da "liberdade" ou da "ordem", da "riqueza" ou do "amor ao próximo". No entanto, estudar as coerções ideológicas só com os elementos da estrutura profunda pode, como já mostramos, falsear a análise. É no nível superficial, isto é, na concretização dos elementos semânticos da estrutura profunda, que se revelam, com plenitude, as determinações ideológicas. Os discursos que consideram a liberdade como "direito à diferença" ou como "não-exploração da força de trabalho" pertencem a universos ideológicos distintos.

Além disso, dois discursos podem trabalhar com os mesmos elementos semânticos e revelar duas visões de mundo completamente diferentes, porque o falante pode dar valores distintos aos elementos semânticos que utiliza. Alguns são considerados eufóricos, isto é, são valorizados positivamente; outros, disfóricos, ou seja, são valorizados negativamente. O conto "A gata borralheira" e o romance Justine, do Marquês de Sade, colocam em jogo praticamente as mesmas oposições semânticas: submissão, humildade, amor ao próximo, bondade vs. prepotência, orgulho, maldade, cinismo. No primeiro dos textos, são eufóricas as virtudes da submissão e da humildade, que são recompensadas, e disfóricos o orgulho e a prepotência, que são castigados. No segundo texto, eufóricos são os elementos valorizados

negativamente no primeiro texto e disfóricos, os valorizados positivamente.

7 Duas maneiras de dizer a mesma coisa

Observemos os textos que seguem:

Texto A

Um cavalo, quase morto de fome e de sede, caminhava em busca de água e de comida. De repente, deparou com um campo de feno, ao lado do qual corria um regato de águas cristalinas. O cavalo, não sabendo se primeiro bebia da água ou comia do feno, morreu de fome e de sede.

Texto B

Há pessoas tão indecisas que são incapazes de realizar qualquer escolha e acabam perdendo muitas oportunidades na vida.

Os dois textos querem dizer praticamente a mesma coisa. Qual é a diferença que existe, então, entre eles?

O segundo é mais abstrato, expõe idéias que explicam um fato observável no mundo. O primeiro é mais concreto. Ao expor o fato, utiliza-se de conteúdos que indicam elementos do mundo natural: cavalo, água, feno, riacho etc. O segundo fala de elementos semânticos que indicam coisas que em si não existem no mundo natural: escolha, incapacidade, indecisão. Fala de coisas que não têm existência própria.

O primeiro texto é figurativo, enquanto o segundo é temático, não-figurativo. O componente básico dos textos figurativos é a figura, enquanto o dos não-figurativos são os temas. Temas e figuras são dois níveis de concretização dos elementos semânticos da estrutura profunda. Assim, podemos concretizar o elemento semântico "liberdade" como "não-trabalho", como "lazer". Este é um primeiro nível de concretização. Podemos concretizar o "não-trabalho" como "balançar-se numa rede horas a fio", como um "passeio pelo campo". A publicidade que diz "Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada"

usa esse conjunto de temas e de figuras. Assim como diferentes temas podem concretizar o mesmo elemento semântico da estrutura profunda, o mesmo tema pode ser figurativizado de maneiras diversas.

Definamos, de maneira precisa, o que é tema e o que é figura. **Tema é o elemento semântico que designa um elemento não-presente no mundo natural, mas que exerce o papel de categoria ordenadora dos fatos observáveis.** São temas, por exemplo, amor, paixão, lealdade, alegria. **Figura é o elemento semântico que remete a um elemento do mundo natural:** casa, mesa, mulher, rosa etc. A distinção entre ambos é, pois, de maior ou menor grau de concretude. Temos que entender, no entanto, que nem sempre essa distinção é fácil de ser feita, pois concreto e abstrato são dois pólos de uma escala que comporta toda espécie de gradação.

O discurso figurativo é a concretização de um discurso temático. Para entender um discurso figurativo é preciso, pois, antes de mais nada, apreender o discurso temático que subjaz a ele. Ir das figuras ao tema é o que fazemos quando perguntamos: qual é o tema deste texto; de que trata ele?

Quando falamos em textos figurativos ou não-figurativos, estamos falando em predominância e não em exclusividade. Não existem textos exclusivamente figurativos ou temáticos. Um texto figurativo é aquele construído predominantemente com figuras, enquanto um texto temático é organizado basicamente com temas.

Nos textos não-figurativos, a ideologia manifesta -se, com toda a clareza, no nível dos temas. Nos textos figurativos, essa manifestação ocorre na relação temas-figuras. Os temas do discurso político oficial pós-64 são reveladores de uma dada ideologia: Ocorre, no mundo, uma luta entre a civilização cristã ocidental e o comunismo ateu. Essa guerra é psicológica, pois ocorre no coração e nas mentes dos homens. Por isso, ela é travada no interior de cada país. As fronteiras não são, então, externas, pois o inimigo se acha entrincheirado dentro do país. São inimigos os que renegaram a sua condição de brasileiros, aqueles que vão contra os ditames da alma nacional, que repele as ideologias exóticas, que tentam insuflar a luta de classes no seio de um povo ordeiro e pacífico. Os inimigos estão ocultos, travestem-se de liberais, de defensores dos direitos humanos. Atuam pela contestação ao governo, que encarna os valores da brasilidade, procurando realizar os objetivos nacionais permanentes. Por isso, justifica-se a repressão aos que querem conturbar a ordem. Esta é a harmonia do capital e do trabalho,

que juntos concorrem para a grandeza do país. Qualquer reivindicação operária por melhores condições de trabalho ou por melhores salários constitui conturbação da ordem, pois quem fará a riqueza dos operários será a mão invisível do mercado. Esses temas servem de justificativa de uma ordem política que, ao reprimir com violência o movimento operário, favorece uma acumulação mais rápida de capital. Num texto figurativo que narre a vida de uma família pobre, mas feliz, cujo pai sai cedo para o trabalho e volta à noite para ficar com a família e cuja mãe realiza os trabalhos domésticos; que passa por muitas privações, mas vive com um sorriso nos lábios, os temas são: o dinheiro não traz felicidade, pois esta se encontra no íntimo de cada indivíduo; o espaço da mulher é o lar e o do homem, o do trabalho não doméstico. Essa relação temas-figuras revela um universo ideológico que considera a família a célula básica da sociedade, que vê os papéis sociais como algo natural, que prescreve que cada um deve contentar-se com o que tem.